

Ponto Final

6 DAYS AGO 20 DE OUTUBRO DE 201620 DE OUTUBRO DE 2016PONTO FINAL

Desconfiança no sistema jurídico afasta investidores, diz Neto Valente

O presidente da Associação dos Advogados de Macau considerou ontem que a Lei de Terras teve um efeito devastador na confiança de empresários e investidores, afastando-os do território. Jorge Neto Valente teceu ainda duras críticas ao recuo do uso da língua portuguesa nos tribunais, considerando que o decreto-lei que regula o estatuto das línguas oficiais de Macau tem sido esquecido e até “olimpicamente desprezado”.

Sílvia Gonçalves

Jorge Neto Valente considera que a Lei de Terras teve um efeito devastador na confiança de empresários e investidores, que foram “surpreendidos com o radicalismo das opções legais”. No discurso que proferiu na sessão de abertura do ano judiciário, o presidente da Associação de Advogados de Macau (AAM) salientou que a confiança no sistema jurídico foi abalada e que a última versão do diploma veio potenciar a fuga de investidores externos, arrastando negócios para outras paragens. Numa extensa defesa do bilinguismo e da necessidade de formar quadros bilingues, o advogado ressaltou que, apesar do português se constituir como língua oficial, a utilização do idioma tem vindo a diminuir nos tribunais e outras instâncias judiciais.

“Apesar do estatuto de língua oficial consagrado na Lei Básica, o português tem visto a sua utilização reduzir-se nos tribunais e nas instâncias judiciais – sem qualquer benefício para a justiça ou para o funcionamento dos tribunais – como se a promoção da ignorância fosse um factor de progresso e a exclusiva adopção da língua chinesa seja um objectivo patriótico a alcançar”, afirmou Neto Valente, perante a plateia que ontem acorreu ao Pequeno Auditório do Centro Cultural de Macau, para a sessão de abertura do ano judiciário.

O presidente da AAM foi mais longe, ao considerar que “o preceituado no decreto-lei nº 101/99/M, de 13 de Dezembro, que foi recebido na Lei da Reunificação, e integra a ordem jurídica da RAEM – é demasiadas vezes esquecido (para não dizer olímpicamente desprezado)”. O causídico adiantou ainda que muitos despachos são redigidos em língua que os advogados desconhecem, sendo depois informados “que o tribunal entende que não tem que disponibilizar traduções”.

Referindo-se à percepção que existe no exterior face ao modo como funcionam os tribunais em Macau – que acredita estar a prejudicar a confiança nas instituições e no sistema jurídico – Neto Valente apontou como exemplo a Lei de Terras: “Estou a pensar na Lei de Terras e no impacto devastador que teve na actividade de muitos empresários e investidores, e nos prejuízos causados a terceiros de boa-fé, habituados que estavam a confiar em soluções de transição, e foram surpreendidos com o radicalismo das opções legais”.

Em declarações à imprensa no final da cerimónia, o presidente da Associação dos Advogados de Macau acrescentaria depois que os investidores locais e do exterior “nunca esperaram que isto acontecesse desta maneira, e que saísse uma lei a dizer que não só caducam as concessões como não têm direito a indemnizações. Isto é uma formulação que abala a confiança no sistema jurídico, e no Estado de Direito que nós pretendemos ser”.

Considera o advogado que a morosidade da justiça e a aplicação da uma lei que tem suscitado múltiplos pedidos de revisão, têm potenciado um sentimento de desconfiança que afasta os investidores: “As pessoas fogem porque têm medo de ficar anos à espera, têm medo das decisões que por vezes são inesperadas e não correspondem ao sentimento, às expectativas que as pessoas têm da justiça, do sistema, e portanto as pessoas passam a tratar os assuntos lá fora, em vez de darem negócio a Macau, levam o negócio daqui para fora”, defende.

CAUSÍDICOS DE MACAU PROCURAM RECONHECIMENTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE PORTUGAL

As conversações com a Ordem dos Advogados (OA) de Portugal para retomar o protocolo com a AAM, suspenso em 2013, estão estagnadas, mas Neto Valente dialogou com o vice-presidente da OA para tentar solucionar uma vontade expressa por advogados locais: “Eu próprio falei, ainda recentemente, com o vice-presidente da Ordem, para ver se arranjava uma solução, porque agora há alguns advogados de Macau que estão a pedir entrada na Ordem de Portugal”, contou Neto Valente.

No sentido inverso, o mesmo não se verifica: “Já há bastante tempo que não vem ninguém pedir para vir para cá. Mas há advogados de Macau, inscritos em Macau, nomeadamente alguns que acabaram cá o estágio e que querem inscrever-se em Portugal. Neste momento não há instrumento que lhes permita entrar directamente, têm que seguir o panorama geral, como por exemplo os do Brasil”. Neto Valente diz conhecer dois casos, um formado em Portugal e um outro formado cá. “Não tenho a certeza que não haja mais um ou dois. Mais de quatro não são de certeza”.

A Associação de Advogados de Macau realiza a 21 e 22 de Outubro as provas orais do exame final do curso de estágio de advocacia, que permite o acesso à profissão. O presidente do organismo dá conta do número de candidatos: “O total eram 29 em quarenta e tal. Mas alguns que não passaram à prova oral pediram revisão da prova, portanto pode acontecer que além dos 29 ainda haja mais alguns”, remata.

UNCATEGORIZED

MANCHETE

[Blogue em WordPress.com](#)